

RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.930 - SP (2019/0032393-0)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECORRENTE : SIDNEI ALBERTI
RECORRENTE : ENEIDA CHIAMULERA ALBERTI
RECORRENTE : OZIREZ ALBERTI
RECORRENTE : CARLA REBELLO VALENTE ALBERTI
RECORRENTE : MARIA DA GRACA TOZETTO ALBERTI
RECORRENTE : IVONEI ALBERTI
RECORRENTE : CORNELIA ROZANI RIBAS ALBERTI
RECORRENTE : MARIA RISOLETE ALBERTI AARDOOM
RECORRENTE : CORNELIO JACOB AARDOOM
RECORRENTE : DANIEL JOSE ALBERTI
RECORRENTE : ANA LUCIA MARTINS BAPTISTA ALBERTI
ADVOGADO : MARCELO HENRIQUE DA COSTA E OUTRO(S) - SP127322
RECORRIDO : WILLEM BEREND BOUWMAN
RECORRIDO : DOROTHI MARIANA DE GEUS BOUWMAN
RECORRIDO : JEAN LEONARD BOUWMAN
RECORRIDO : CHRISTA MONIKA GROENWOLD BOUWMAN
ADVOGADOS : WESLEY TOLEDO RIBEIRO - PR036211
JOÃO MARIA DOS SANTOS - PR084141

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE PREFERÊNCIA DOS ARRENDATÁRIOS NA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL ARREMATADO JUDICIALMENTE POR TERCEIROS. DECISÃO QUE REJEITOU A ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO PROCESSANTE. ART. 1.015 DO NCPC. JULGAMENTO EM RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. TAXATIVIDADE MITIGADA. NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO CONTRADITÓRIO. INTIMAÇÃO DAS PARTES. ARTS. 10 E 933 DO NCPC. RETORNO DOS AUTOS PARA NOVO JULGAMENTO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

SIDNEI ALBERTI, ENEIDA CHIAMULERA ALBERTI, OZIREZ ALBERTI, CARLA REBELLO VALENTE ALBERTI, WALTER ALBERTI, MARIA DA GRAÇA TOZETTO ALBERTI, IVONEI ALBERTI, CORNELIA ROZANI RIBAS ALBERTI, MARIA RISOLETE ALBERTI AARDOOM, CORNELIO JACOB AARDOOM, DANIEL JOSÉ ALBERTI e ANA LUCIA MARTINS BAPTISTA ALBERTI (SIDNEI e outros) interpuseram agravo de

instrumento contra decisão que, em ação proposta por WILLEM BEREND BOUWMAN, DOROTHI MARIANA DE GEUS BOUWMAN, JEAN LEONARD BOUWMAN e CHRISTA MONIKA GROENWOLD BOUWMAN (WILLEM e outros) de preferência na aquisição de imóvel arrematado judicialmente pelos agravantes, rejeitou a alegação de incompetência absoluta do Juízo da 23ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP.

O relator do agravo de instrumento, por decisão unipessoal, não conheceu do recurso, que foi mantida por ocasião do julgamento do respectivo agravo interno pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa:

Agravo regimental - Interposição contra decisão monocrática que não conheceu o agravo de instrumento interposto contra a r. decisão que afastou a alegação de incompetência - Pretensão à reforma da decisão - Irresignação infundada - Decisão recorrida que não se encontra entre aquelas taxativamente previstas no art. 1.015 do NCPC - Impossibilidade de interpretação extensiva - Decisão monocrática mantida - Agravo regimental interposto improvido. (e-STJ, fl. 120).

Inconformados, SIDNEI e outros interpuseram recurso especial com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, alegando violação do art. 1.015, III, do NCPC, por considerar que o rol previsto no normativo admite interpretação extensiva, a possibilitar o conhecimento do agravo de instrumento manifestado na origem. Também indicou dissídio jurisprudencial, tendo por paradigma precedente desta Corte Superior.

Em juízo de admissibilidade, a Presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal estadual admitiu o referido apelo nobre (e-STJ, fls. 178/180).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

SIDNEI e outros apontaram violação do art. 1.015, III, do NCPC, por

considerar que o rol previsto no normativo admite interpretação extensiva, a possibilitar o conhecimento do agravo de instrumento manifestado na origem.

O Tribunal de origem consignou que tal decisão não está acobertada pelas hipóteses previstas no rol taxativo do art. 1.015 do NCPC.

A Corte Especial do STJ, na sessão realizada aos 5/12/2018, no julgamento dos recursos representativos da controvérsia, RESPs nºs 1.696.396/MT e 1.704.520/MT, fixou a tese de que o rol do artigo 1.015 do NCPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

A tese da interpretação extensiva/analógica do rol estabelecido no dispositivo legal em questão já foi adotada em outros julgados da Segunda e da Quarta Turmas do STJ. Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. COMPETÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 1.015 DO CPC/15. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. É cabível agravo de instrumento para impugnação de decisão interlocutória que decide sobre competência, conferindo-se interpretação analógica ou extensiva ao inciso III do art. 1.015 do CPC/2015.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.309.300/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, j. 18/9/2018)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APLICAÇÃO IMEDIATA DAS NORMAS PROCESSUAIS. TEMPUS REGIT ACTUM. RECURSO CABÍVEL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 1 DO STJ. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA COM FUNDAMENTO NO CPC/1973. DECISÃO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO PELA CORTE DE ORIGEM. DIREITO PROCESSUAL ADQUIRIDO. RECURSO CABÍVEL. NORMA PROCESSUAL DE REGÊNCIA. MARCO DE DEFINIÇÃO. PUBLICAÇÃO DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INTERPRETAÇÃO ANALÓGICA OU EXTENSIVA DO INCISO III DO ART. 1.015 DO CPC/2015.

1. É pacífico nesta Corte Superior o entendimento de que as normas de caráter processual têm aplicação imediata aos processos em curso, não podendo ser aplicadas retroativamente (tempus regit actum), tendo o princípio sido positivado no art. 14 do novo CPC, devendo-se respeitar, não obstante, o direito

adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

2. No que toca ao recurso cabível e à forma de sua interposição, o STJ consolidou o entendimento de que, em regra, a lei regente é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência da exata compreensão dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater. Enunciado Administrativo n. 1 do STJ.

3. No presente caso, os recorrentes opuseram exceção de incompetência com fundamento no Código revogado, tendo o incidente sido resolvido, de forma contrária à pretensão dos autores, já sob a égide do novo Código de Processo Civil, em seguida interposto agravo de instrumento não conhecido pelo Tribunal a quo.

4. A publicação da decisão interlocutória que dirimir a exceptio será o marco de definição da norma processual de regência do recurso a ser interposto, evitando-se, assim, qualquer tipo de tumulto processual.

5. Apesar de não previsto expressamente no rol do art. 1.015 do CPC/2015, a decisão interlocutória relacionada à definição de competência continua desafiando recurso de agravo de instrumento, por uma interpretação analógica ou extensiva da norma contida no inciso III do art. 1.015 do CPC/2015, já que ambas possuem a mesma ratio -, qual seja, afastar o juízo incompetente para a causa, permitindo que o juízo natural e adequado julgue a demanda.

6. Recurso Especial provido.

(REsp 1.679.909/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 14/11/2017, DJe 1º/2/2018)

No caso em apreço, o Tribunal de origem concluiu pela taxatividade do rol do art. 1.015 do NCPC sem fornecer elementos concretos para verificar se há ou não a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.

Ressalte-se que referido critério foi estabelecido, como dito anteriormente, pela própria Corte Especial do STJ, no julgamento dos mencionados RESPs nºs 1.696.396/MT e 1.704.520/MT.

Isso significa que as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar sobre a questão à luz do enfoque proposto naquele julgamento qualificado.

Imperioso, assim, o retorno dos autos à origem, para que o Tribunal realize novo julgamento do recurso nos termos da jurisprudência desta Corte, após oportunizar às partes que complementem suas manifestações, consoante previsto nos arts. 10 e 933 do NCPC.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para

cassar o acórdão recorrido e determinar o envio dos autos à origem, para que o Tribunal realize novo julgamento do recurso nos termos da fundamentação *supra*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO, Relator

